

Teorias da censura literária e abordagens para sua pesquisa¹

Norbert Bachleitner²

Resumo: O artigo apresenta diferentes abordagens teóricas para o estudo da censura literária, dentre as quais a concepção de censura de base histórico-sociológica e a psicanalítica, bem como as recentes ampliações do conceito através das formas de censura informal e estrutural. Por ser uma análise mais apropriada para períodos amplos da história da literatura, a abordagem histórico-sociológica será abordada de forma mais detalhada. Ademais, serão reunidos os aspectos metodológicos de uma investigação conduzida sob essa perspectiva de censura. A seção seguinte aborda modalidades diversas de censura: do arcaico exercício da violência contra autoras e autores até o ritual da queima de livros, passando pelas atividades proibitivas dos sistemas formais de censura estabelecidos, até as formas contemporâneas de censura informal, que exercem pressão através de normas linguísticas politicamente corretas, considerações identitárias e objetivos similares. Uma perspectiva final se dedica à questão de até que ponto os textos são realmente capazes de influenciar o público leitor e, conseqüentemente, se a censura pode ser justificada em determinados contextos.

Palavras-chave: Conceito histórico-sociológico de censura; métodos de pesquisa da censura; modalidades da censura; teorias da censura literária; censura e influência midiática.

Zusammenfassung: Der Artikel stellt die verschiedenen theoretischen Zugänge zur literarischen Zensurforschung vor, darunter vor allem den herkömmlichen historisch-soziologischen und den psychoanalytischen Zensurbegriff sowie die rezenten Erweiterungen durch Formen informeller bzw. struktureller Zensur. Da er für die wissenschaftliche Erschließung der Zensur über weite Strecken der Literaturgeschichte am besten geeignet ist, wird im Anschluss der historisch-soziologische Zensurbegriff näher beleuchtet. Zudem werden die forschungspraktischen Aspekte einer Untersuchung unter den Vorzeichen dieses Zensurbegriffs gesammelt. Ein weiterer Abschnitt geht auf die diversen Zensurmodalitäten ein: Sie reichen von der archaischen Gewaltausübung gegen Autor:innen und der rituellen Bücherverbrennung über die Verbotstätigkeit etablierter formaler Zensursysteme bis zu aktuellen Formen informeller Zensur, die erfolgreich Druck in Richtung politisch korrekter Sprachregelung, identitätspolitischer Rücksichten und ähnlicher Ziele aufbauen. Ein Ausblick widmet sich der Frage, inwiefern Texte das Lesepublikum tatsächlich zu beeinflussen vermögen, Zensur in gewissen Bereichen folglich gerechtfertigt werden kann.

Schlüsselwörter: historisch-soziologischer Zensurbegriff, Methoden der Zensurforschung, Modalitäten der Zensur, Theorien der literarischen Zensur, Zensur und Medienwirkung

¹ A tradução e publicação deste texto foi gentilmente concedida pela Nomos-Verlag e pelo autor. O texto *Politische Zensur* integra o manual *Zensur*, organizado pela professora Nikola Roßbach e publicado pela Nomos-Verlag em 2025.

² Doutor e Livre-Docente pela Universidade de Viena; Professor de literatura comparada na mesma instituição desde 2011.

Para a Teoria da Censura Literária: Old ou New Censorship?

Conforme Klaus KANZOG colocou em sua entrada fundamental no *Reallexikons der deutschen Literaturgeschichte* (1984, p. 999 - 1001), o termo “censura” abarca um largo espectro de medidas que restringem ou impedem a produção e a disseminação de textos: desde a censura formal, exercida por instituições criadas especificamente para esse fim, que determinam se uma obra pode ser publicada ou lida, passando por medidas de censura informal (como pressão econômica ou influência de grupos de interesse), e até a autocensura dos próprios autores. A censura formal, operada por pessoas ou instituições designadas para esse fim, representa, sem dúvida, o cerne do conceito. O conceito moderno de censura no direito constitucional é ainda mais específico, abrangendo unicamente a censura prévia institucionalizada pelo Estado, ou seja, “um exame das produções midiáticas antes de sua publicação” (BUCHLOH, 2003, p. 113). Nem as intervenções de instituições não estatais, nem as proibições posteriores à publicação se enquadram nesse conceito de censura. Obras publicadas no exterior foram frequentemente proibidas: nestes casos, por exemplo, a censura posterior impediu, de certa forma, a sua circulação inicial. Assim, é muito difícil estender o conceito jurídico de censura de forma geral ao contexto da literatura. Destaque-se também a importância das decisões judiciais sobre obras literárias: embora democraticamente legitimadas, elas se baseiam, em certa medida – de forma semelhante à censura prévia arbitrária – em avaliações subjetivas e interpretações contidas nos pareceres obtidos. Essas decisões são, por isso mesmo, controversas.

No contexto anglo-saxão, consolidou-se uma nova abordagem sob o termo *New Censorship*, que expandiu ainda mais o conceito de censura para além daquele largo espectro traçado por Kanzog. Nessa abordagem, a censura não é compreendida como uma investida autoritária na vida literária e nos textos individuais, mas sim como um fenômeno necessariamente atuante em qualquer sociedade, o que possibilita a própria comunicação. Sob essa perspectiva, a censura é inerente a cada ato de fala, estando sempre presente na produção do discurso ou do texto: os atos de fala e de escrita pressupõem uma escolha entre alternativas e, portanto, baseiam-se em restrições e exclusões (POST, 1998).

Compreendida dessa maneira, a censura opera até mesmo sem agentes ou instituições, uma observação que Judith Butler radicaliza ao transferir a autoridade censória das pessoas (principalmente dos censores) para a própria linguagem e para o discurso, para o *domain of speakability*, que possibilita a própria constituição do sujeito. Por essa razão, ao invés do termo censura, ela propõe o emprego do termo *forclusion*

[foreclosure] (BUTLER, 1998, p. 249 e 253). Também Michael Holquist (1994) defende um conceito amplo de censura, adequado à pluralidade das sociedades contemporâneas: a censura seria um "contexto" do escrever, o que não apenas implica repressão, mas mantém uma relação dinâmica com aqueles que afeta e pode exercer um efeito positivo e produtivo. A censura aparece aqui, de forma análoga à crítica da literatura, como uma forma especial de leitura que assume um caráter censório, mas que, ao mesmo tempo, pode ser útil para a gênese do texto. Uma cumplicidade entre censura e transgressão de normas é sugerida por Fredric Jameson quando ele supõe que o desejo (ou a revolta) necessita da repressão para se tornar perceptível. O combate (inconsciente) coletivo às proibições presume normas e leis que ele, *nolens volens*, reafirma de forma contínua; assim, por exemplo, a blasfêmia acaba por afirmar a sacralidade (JAMESON, 1988, p. 60).

De forma semelhante, Pierre Bourdieu compreende a censura como um efeito do campo literário, que é definido pela validade de discursos determinados. Uma posição dentro do campo traz em si tanto diretrizes positivas quanto exclusões. A censura é exercida por meio de sanções dentro do campo, que funciona como um mercado onde os produtos são avaliados:

La métaphore de la censure ne doit pas tromper: c'est la structure même du champ qui régit l'expression en régissant à la fois l'accès à l'expression et la forme de l'expression, et non quelque instance juridique spécialement aménagée afin de désigner et de réprimer la transgression d'une sorte de code linguistique. Cette censure structurale s'exerce par l'intermédiaire des sanctions du champ fonctionnant comme un marché où se forment les prix des différentes sortes d'expression [...]

(BOURDIEU, 2001, p. 344).

33

Conforme Bourdieu, certas posições discursivas estabelecem um compromisso entre o impulso original de expressão e a censura, sendo que a eufemização desempenha um papel fundamental. Através do *Habitus*, certas formas de percepção e expressão são internalizadas:

La censure n'est jamais aussi parfaite et aussi invisible que lorsque chaque agent n'a rien à dire que ce qu'il est objectivement autorisé à dire: il n'a même pas à être, en ce cas, son propre censeur, puisqu'il est en quelque sorte une fois pour toutes censuré, à travers les formes de perception et d'expression qu'il a intériorisées et qui imposent leur forme à toutes ses expressions. (BOURDIEU, 2001, p. 345)

Por estar tratando de coerções estruturais inevitáveis que atuam no campo, Bourdieu pode simplesmente classificar o termo "censura" como uma metáfora.

A convergência entre censura e discurso remonta a Michel Foucault, que, na *Ordem do discurso*, chamou a atenção para o controle e disputa social dos discursos como uma de poder que se busca conquistar - “*le pouvoir dont on cherche à s’emparer*” (FOUCAULT, 1971, p. 12). Os mecanismos de controle do discurso, para Foucault, compreendem os procedimentos de exclusão (tabus, loucura, erros), procedimentos internos de controle discursivo (comentários, o princípio do autor e a organização da produção de conhecimento em disciplinas), bem como as restrições de acesso aos discursos.

A ampliação do conceito de censura chega ao seu extremo com Roland Barthes, que considera todo ato de fala com conteúdo conformista ou forma convencional um produto de censura prévia. Em sua visão, a verdadeira censura não se manifesta por meio de proibições, mas através de uma expressão estereotipada, que não é a própria, mas sim a dos outros e da opinião pública. O verdadeiro rompimento com os trilhos do convencional seria a invenção de uma nova linguagem:

La subversion, la plus profonde (la contre-censure) ne consiste donc pas forcément à dire ce qui choque l’opinion, la morale, la loi, la police, mais à inventer un discours paradoxal (pur de toute doxa): l’invention (et non la provocation) est un acte révolutionnaire: celui-ci ne peut s’accomplir que dans la fondation d’une nouvelle langue. (Barthes 1994: 1131)

34

O conceito de censura passa por uma expansão significativa quando ele é aplicado aos mecanismos da formação do cânone. A formação de cânones é baseada, por definição, na seleção e na estabilização de certas tradições, ao mesmo tempo que exclui as obras consideradas inadequadas. “Os censores são os ‘guardiões das fronteiras’ da tradição”, como definiram Jan e Aleida ASSMANN (1987, p. 11). Um cânone é formado por instituições, como ministérios e escolas, mas também por um sem número de decisões individuais (editoras, museus, pessoas responsáveis pelo ensino), que não são tão vinculantes, nem acompanham as medidas altamente autoritárias, como proibições. Quando os clássicos são retirados das listas de leituras obrigatórias ou são banidos das prateleiras de bibliotecas por serem considerados potencialmente ofensivos, eles perdem a relevância na memória coletiva, mas ainda assim podem ser lidos. É difícil de traçar com precisão a linha que separa a revisão contínua do cânone, impulsionada por mudanças sociais, com a intervenção censória.

Pela perspectiva da análise do discurso, o conceito de censura possui uma série de convergências com a concepção psicanalítica de censura. Na psicanálise, a censura designa uma instância psíquica que decide se desejos inconscientes, guiados pela libido, podem emergir à superfície da consciência e, caso contrário, altera e/ou disfarça os conteúdos proibidos. No entanto, a pressão censória - por meio da autocensura - também

atua de forma produtiva e formadora de estilo, como destaca Michael G. LEVINE (1994, p. 1) no exemplo de Heinrich Heine:

“(...) a intervenção antecipada da censura não apenas exerceu uma pressão inibitória sobre sua escrita, mas também teve uma influência formadora direta sobre o estilo de seus textos”.

A psicanálise mostra que ‘verdades’ incômodas podem ser reprimidas tanto por censura externa - por meio de exigências de cortes ou reformulações - quanto por censura (auto)estilística. Além da omissão total, é comum a técnica da eufemização, ou seja, o tratamento de temas ofensivos ou tabus por meio de reformulações embelezadas. A psicanálise entende a autocensura como uma busca por compromissos - sob a perspectiva dos detentores do poder, ela representa quase um estado ideal: a concordância automatizada entre o indivíduo que escreve e a sociedade. No entanto, como também aponta a psicanálise, a integração ‘voluntária’ a uma ordem superior - na vontade do Estado e de seus líderes, especialmente quando estes se manifestam como figuras paternas e como Superego - pode ser vivida como felicidade mesmo por quem pratica a autocensura. Através dessa concordância com os censores, os escritores garantem para si a felicidade superior da obediência à ordem patriarcal (HEINDL, 1994, p. 41 e seguintes). O que parece um admirável mundo novo é, na verdade, o velho modelo da Igreja Católica, com o papa como figura paterna no topo, a quem os fiéis voluntariamente se submetem, onde, como já observou Freud, essa submissão pode se transformar em amor. Afinal de contas, a salvação eterna acena como recompensa pela submissão (Legendre 1974). Contrária à hipótese de um sentimento de satisfação como efeito da autocensura - que, no fundo, se baseia em autoengano - Christa Wolf, em uma conversa, fez um alerta baseado em sua própria experiência:

"O mecanismo da autocensura, que sucede ao da censura, é mais perigoso do que este: ele interioriza exigências que podem impedir o surgimento da literatura e envolve certos autores numa luta estéril e desesperada com mandamentos mutuamente excludentes" (*apud* KAUFMANN, 1974, p. 102).

É o caso da expansão do conceito de censura apresentada até aqui por meio de alguns exemplos, que inclui processos informais de seleção, obstrução ou restrição da produção e recepção de textos e que torna o conceito quase desprovido de sentido - e, em todo caso, não empregável do ponto de vista científico. E, como provoca Armin Biermann, uma ampliação desse tipo faz com que “censura” se torne idêntica a “sociedade” (1988: 3). Robert Darnton bate na mesma tecla quando afirma que “Identificar a censura com qualquer tipo de restrição é banalizá-la” (DARNTON, 2014, p. 17). E, para citar um posicionamento francês, vale lembrar Laurent Martin, que também

defende uma concepção mais restrita de censura. Ele afirma que a expansão do conceito de censura para mecanismos estruturais no sentido da *nouvelle censure* até permite destacar filtros importantes da comunicação, mas nivela as diferenças marcantes entre os sistemas de poder que sustentam a censura e, de quebra, enfraquece qualquer crítica a governos autoritários (MARTIN, 2009, p. 76).

A expansão do conceito de censura até aqui exposta só faz sentido, quando muito, ao discutir restrições à comunicação em sociedades modernas, democráticas e organizadas segundo o Estado de Direito. Mesmo um representante da *New Censorship Theory*, como Robert C. Post, chama atenção em suas reflexões para um desenvolvimento histórico que, no século XX, especialmente nos Estados Unidos, trouxe consigo uma “notável desintegração dos alinhamentos políticos tradicionais” e levou à impressão de que “o Estado não detém o monopólio do poder” (POST, 1998, p. 1). Porém, a perda do monopólio do poder pelo Estado não pode nem ser generalizada globalmente, nem projetada retroativamente na história.

Sem dúvida, é importante ter em mente que a censura, mesmo a literária, não ocorre apenas na forma de proibições e intervenções realizadas por instituições criadas especificamente para esse fim, mas que a obstrução e distorção de enunciados acontecem em muitos níveis. A pesquisa sobre a história da censura - tratando de monarquias, outros regimes autoritários, e suas formas específicas de censura - exige, indubitavelmente, um conceito de *old censorship*³, que em grande medida coincide com a abordagem da pesquisa empírico-histórica sobre censura (MÜLLER, 2010, p. 329–333). Os fatores decisivos nessas formas de censura são a “relevância para a esfera pública e a imposição autoritária por agentes externos” (MÜLLER, 2003, p. 6). Pode-se também concordar com Wolfram Siemann, que concebe a censura como um “momento de controle ativo da vida social”, “inserido no campo problemático moderno da ‘opinião pública’, do controle da opinião e da ‘propaganda’, ou seja, como uma resposta estatal a um processo abrangente de transformação social, acelerado desde a Revolução Francesa”, bem como como uma “forma estatal, cada vez mais mediada burocraticamente, de lidar com a aceleração da informação” (SIEMANN, 1987, p. 80 e 82).

A censura serve, por definição, ao controle da opinião; no entanto, sua direção depende da sociedade em questão, da forma de governo e da instância que a exerce. Ela funciona, na maioria das vezes, de forma conservadora, preservando o *Status Quo*,

³ Exemplos representativos de recentes estudos e publicações que ainda operam com o conceito tradicional de censura, podem ser mencionados: Göpfert/Weyrauch (1988), Plachta (1994), Müller (2003 e 2004), Haefs/Mix (2007), Kortländer/Stahl (2012), Darnton (2014), Bachleitner (2017 e 2022), bem como Roßbach (2020).

mas também pode apoiar mudanças e o “progresso” - como aconteceu na Áustria no último terço do século XVIII ou no Eleitorado da Baviera na década posterior a 1800, com o Iluminismo. Ao contrário da opinião amplamente difundida de que apenas com o Iluminismo se impôs uma experiência temporal dinâmica e aberta à mudança, Roßbach (2020) observa processos censórios voltados para um futuro melhor já na Modernidade, especialmente nas regiões sob domínio protestante. Também a proibição da literatura nazista, acompanhada da reeducação promovida pelas potências ocupantes após 1945, pode ser considerada uma forma de censura a serviço de mudanças progressistas (ROßBACH, 2018, p. 27–32). Não se deve esquecer, além disso, que a censura não é necessariamente exercitada apenas “de cima para baixo”, passando sobre os súditos ou a população; mesmo em democracias, a censura também pode ser demandada “de baixo para cima”, o que ocorre ocasionalmente (LORENZ, 2009, p. 27).

Outras três expansões da pesquisa sobre censura, que se desenvolvem para além da *New Censorship* podem ser aqui mencionadas: a articulação entre censura e propaganda (literária), o comércio clandestino de livros e a censura em outras artes e mídias. A censura e a manipulação da opinião por meio da propaganda foram diversas vezes tratadas em conjunto. Essas duas maneiras de manipular a opinião pública funcionam, sem dúvida, de maneira complementar. Ambos alegam estar a serviço da “verdade” e constroem dicotomias entre a imagem do outro e a autoimagem, entre o bem e o mal. Porém, a propaganda parece mais difícil de definir do que a censura, pois abre um campo de estudo que de tão amplo é impraticável. Georg Kremnitz considera, entre outras coisas, propaganda dos governantes como “obras megalômanas” e atribui a textos como os *Ensaio* de Michel de Montaigne um “efeito propagandístico” (2021, p. 126). Mesmo analisado de forma estritamente metodológica, uma análise conjunta da censura e da propaganda não é recomendável.

Um outro fenômeno relacionado à censura é a produção de escritos na clandestinidade, sua distribuição secreta e o contrabando através das fronteiras estatais (Haug/Mayer/Schröder 2011). A temática da superação da censura insere-se de forma de fato ampla no campo da história do livro. A pesquisa sobre o chamado comércio clandestino de livros promete, afinal, respostas para a questão do efeito real das proibições, que, segundo uma opinião amplamente difundida, seriam justamente o que desperta - ou ao menos intensifica - o interesse pelas obras censuradas. Deve-se sempre levar em conta, nesse contexto, a ampliação dos meios disponíveis para a vigilância das proibições.

Evidentemente surgem conexões entre a censura literária e a censura nas artes, na música, no cinema e nas novas mídias. Mesmo desconsiderando esse tipo de análise, que

compara semelhanças e diferenças entre os critérios de censura, torna-se pertinente um olhar transversal, por exemplo, quando ilustrações de livros foram o motivo para proibições, ou letras de músicas levaram à censura de composições.

2. O conceito histórico-sociológico de Censura: o Poder Político contra a Autonomia da Literatura

Dado o seu significado para a pesquisa da censura formal, o conceito histórico-sociológico de censura precisa ser aqui analisado de perto. Do ponto de vista sociológico, a censura serve, como já foi mencionado, à autodefesa de um sistema social:

“Todo organismo social viável busca, em última instância, defender, proteger e, se possível, expandir seu patrimônio intelectual e material. Por sua própria natureza, ele deve, portanto, empenhar-se em combater adversários, afastar danos e prevenir ameaças potenciais a tempo” (OTTO, 1968, p. 71).

Considerada instrumento de dominação, a censura serve à preservação dos interesses da liderança política, da elite social e de seus valores. Conforme Ulla OTTO (1968, p. 109), a censura busca “a integração normativa dos dominados por meio do sistema de valores que fundamenta e garante a estabilidade da respectiva ordem de poder”. Os súditos ou cidadãos dominados podem, no entanto - em certos casos junto com a ciência e a arte - resistir e tentar deslocar os limites do que é permitido. O caráter social da censura literária se confirma na distinção frequentemente feita pelos detentores do poder censório entre os letrados e a “massa” leitora. Enquanto obras nitidamente científicas, com linguagem artística elaborada e/ou de grande extensão costumam ser vistas como menos perigosas - por atingirem apenas um público reduzido -, a tolerância em relação aos escritos populares é bem menor. Na Confederação Germânica, os Decretos de Karlsbad de 1819 isentaram da censura prévia todas as obras com mais de 20 cadernos (ou seja, 320 páginas). Na Áustria, já no século XVIII foram concedidas autorizações especiais - e de forma mais intensa na primeira metade do século XIX - chamadas *Scheden*, para que membros das classes superiores pudessem acessar livros proibidos. À censura, portanto, pode ser imputado um caráter de classe: as camadas privilegiadas são consideradas aptas mesmo para leituras potencialmente perigosas, partindo-se do pressuposto de que elas internalizaram o sistema de normas vigente e não têm interesse em uma transformação radical da sociedade. A população pobre e sem instrução deve ser mantida sob controle e educada para obedecer às normas estabelecidas.

Pierre Bourdieu já foi aqui mencionado como um representante da *New Censorship*. Com sua teoria dos campos, ele oferece um modelo de desenvolvimento histórico-sociológico que destaca, em especial, a crescente autonomização dos diversos campos sociais (como religião, economia, direito etc.) a partir do século XIX. Também a arte e a literatura se libertam da instrumentalização política e moral-religiosa - do campo do poder - assim como das exigências comerciais (BOURDIEU, 1992, p. 298–310; 2001, p. 340–353). A censura não aceita essa autonomia, ou se o faz, o faz com relutância. Ela enfrenta dificuldades para diferenciar a representação de fatos da de ficções, entre textos científicos e textos beletrísticos. Aplicando-se o antigo conceito amplo de literatura, que abrange tudo que é escrito ou impresso, todas as formas textuais foram, durante muito tempo, consideradas igualmente potencialmente nocivas, por se presumir que o público leitor não saberia distinguir entre a descrição de fatos e a ficção. Até os dias de hoje, casos de censura continuam a suscitar discussões sobre a reivindicação de um estatuto especial para a literatura de ficção.

A grande dependência da literatura em relação à censura em Estados autoritariamente governados marca - para retomar Bourdieu - um alto grau de heteronomia. Em fases de formação de um campo - na transição da arte e da literatura da heteronomia para a autonomia - pode-se falar, segundo CHARTIER (1992a, p. 37), de um "*champ d'avant les champs*", ou seja, de um campo pré-autônomo. Um exemplo disso é, mais uma vez, a literatura austríaca durante a década josefina (WOLF, 2002; 2007). Nesses períodos, a literatura segue ainda menos critérios estéticos, dando primazia à transmissão de mensagens políticas ou morais - em todo caso, os censores a leem com lentes heterônomas, ou seja, com foco em seu conteúdo e em sua potencial utilidade ou nocividade. Alain Viala descreve essa situação no campo "pré-autônomo" da literatura francesa do século XVII: ali, a censura constitui uma forma extremamente brutal de heteronomia, uma intervenção direta do poder estatal e religioso — "*une des formes les plus brutales de l'hétéronomie, de l'intervention directe du pouvoir d'État et du pouvoir religieux*" (VIALA, 1985, p. 115). Também esse campo é pré-autônomo à medida que o fortalecimento da censura revela a crescente importância da literatura, aqui percebida como um desafio verdadeiro, capaz de inquietar as autoridades estatais. Autonomia não significa aqui somente *L'art pour l'art*, mas também a tomada de liberdades que são observadas com preocupação pelos detentores do poder e que provocam reações e medidas repressivas (VIALA, 1985, p. 122).

O estabelecimento de um campo constituído por relações de concorrência e posicionamentos pressupõe a existência de autores - mais precisamente, da função autor, no sentido de Foucault. Por outro lado, a atribuição pessoal de textos é também uma

condição para a eficácia da censura. Os detentores do poder e suas instâncias de controle sempre buscavam - no caso de escritos anônimos, tão típicos até o século XVIII - identificar os responsáveis: primeiramente, os autores ou, na ausência destes, os editores [*Verleger:innen oder Herausgeber:innen*], visando processá-los ou, se fossem estrangeiros, denunciá-los aos respectivos governos. Nos textos anônimos, faltava o instrumento para responsabilizar os “culpados” e impedir a produção futura de textos heréticos ou politicamente indesejados. Assim, o anonimato cria um manto protetor que permite declarações politicamente ou moralmente explosivas, e ao mesmo tempo representa “uma declaração sobre o que podia ou não ser dito, de que forma, e sob quais condições jurídicas, econômicas e discursivas” (PABST, 2011, p. 7). A função do autor, porém, não se estabeleceu de uma só vez no século XVIII, mas ao longo de um longo processo que envolveu fatores como a consolidação da escrita, a invenção da imprensa, os direitos autorais e a responsabilidade pessoal (CHARTIER, 1992b). Segundo Foucault, foi o esforço para obrigar os autores a cumprir a lei que motivou a imposição da função autor:

Il faut remarquer que cette propriété a été historiquement seconde, par rapport à ce qu'on pourrait appeler l'appropriation pénale. Les textes, les livres, les discours ont commencé à avoir réellement l.2 Theorien der literarischen Zensur und Zugänge zu ihrer Erforschung 37 des auteurs (autres que des personnages mythiques, autres que de grandes figures sacralisées et sacralisantes) dans la mesure où l'auteur pouvait être puni, c'est-à-dire dans la mesure où les discours pouvaient être transgressifs. (Foucault, 1994, p. 799).

40

Na perspectiva dos autores, trata-se de um tipo de acordo de compensação. O reconhecimento de direitos de propriedade sobre um texto proporciona prestígio pessoal e, eventualmente, ganhos financeiros - mas expõe o autor ao risco de perseguição caso ultrapasse os limites do que é permitido.

3. Modalidades da Censura no processo histórico

É amplo o inventário de medidas compreendidas sob o conceito de censura literária (OTTO, 1968, p. 114–121). O método arcaico da obstrução de publicações consiste em medidas contra os autores: ela começa com a proibição da escrita e o encarceramento, e vai até o exílio e a execução. Há exemplos o suficiente da forma mais radical de aniquilação censória: de Sócrates aos “hereges” da história europeia da Época Moderna - como Girolamo Savonarola (1452–1498), Jan Hus (ca. 1370–1415), entre outros -, e mesmo em tempos recentes houve execuções de autores indesejados, como o escritor e ativista pelos direitos civis Ken Saro-Wiwa (1941–1995), que se opôs à devastação ambiental causada pela Shell na Nigéria e foi condenado à morte em um julgamento de fachada, em 1995. Medidas contra os coprodutores (editoras) e

distribuidores (livreiros e bibliotecários) incluem a proibição de obras individuais - às vezes de todo o catálogo editorial -, o fechamento de editoras, a redução da cota de papel e medidas semelhantes. Nos tempos da Reforma e da Contrarreforma, até mesmo os editores de escritos considerados “heréticos” podiam ser ameaçados de pena de morte; um caso espetacular do século XIX envolve o nurembergense Johann Philipp Palm (1766–1806), que publicou, em 1806, um panfleto anti-napoleônico, recusou-se a revelar o nome do autor e, por isso, foi condenado à morte por um tribunal militar francês e executado.

Uma medida similar mas, no máximo, simbólica é a “execução” de um livro na forma de sua queima ritual pelo carrasco. Desde o início da imprensa, o novo meio carregava consigo uma aura de magia, em razão de sua capacidade de transportar pensamentos além do espaço e do tempo. A “relação entre meio, magia, censura, imprensa, ação à distância e controle” (LAUBE, 2020, p. 44) se manteve presente ao longo de toda a Época Moderna até o Iluminismo. O livro não era visto como um amontoado de letras mortas, mas como um ser espiritual capaz de exercer efeitos positivos (curativos para o corpo ou o espírito) ou negativos (causadores de doenças). O fogo era o meio adequado para eliminar o mal, e as queimas de livros apareciam como “ações finalísticas de caráter mágico e supersticioso” (RAFETSEDER, 1988, p. 54). Elas constituíam, além do mais, um recado drástico ao público para que não imitasse a transgressão das normas. Desse ponto de vista, não é gratuito que os nacional-socialistas - nem um pouco avessos a mitos e rituais - recorreram às queimas de livros e ao seu efeito simbólico quase sagrado.

Não apenas a censura, mas a própria ameaça de censura já tem consequências graves: via de regra, a influência censória sobre a vida literária leva à autocensura e à adaptação em todos os níveis, ou ao chamado contrabando de ideias por meio do desenvolvimento de estratégias adequadas de escrita cifrada, como a chamada escrita “esópica” (LOSEFF, 1984). Nesse sentido, a censura pode desencadear efeitos produtivos do ponto de vista estético; no caso de Heinrich Heine, por exemplo, identificou-se uma estética própria da censura (MARX, 2013, p. 251). Também a literatura russa dos séculos XIX e XX oferece um vasto material ilustrativo; destaque-se aqui Michail levgráfovich Saltykov-Schtschedrin (1826–1889), mestre do disfarce satírico, a quem também se atribui a introdução do termo “linguagem esópica” (DRAITSER, 1994). Como o público leitor fica curioso com as proibições, ao efeito de difusão reduzida se contrapõem a atração da atenção e as tentativas de obter as obras proibidas por vias ilegais. É especialmente duvidosa a eficácia de proibições impostas com grande distância geográfica ou com atraso temporal, como era o caso do Index do Vaticano. Aqui dificilmente se pode falar em influência sobre os hábitos de leitura; o Index papal era antes um gesto simbólico - “um afastamento do mal e do reprovável” - que representava,

sobretudo, uma “autoconfirmação do próprio sistema de valores” (BURKARD, 2001, p. 306).

Através de proibições e outras medidas censórias, não apenas se atrai atenção para os textos afetados: a censura também pode se voltar contra seus autores, editores ou publicadores, quando estes tornam visíveis as intervenções sofridas. Nesses casos, estabelece-se uma forma particular de “interação entre censores e censurados” (PLACHTA, 2012, p. 48); em especial, os censores e seus superiores são expostos ao ridículo quando os cortes realizados são tornados públicos. Ocasionalmente, os leitores bem informados conseguem preencher com facilidade as lacunas deixadas pela censura; em outros casos, essas lacunas estimulam a imaginação - mas em todos os casos chamam a atenção para os pontos frágeis na ideologia dos censores. Ludwig Börne e Heinrich Heine foram, como se sabe, verdadeiros virtuosos na arte de utilizar a censura a seu favor. Dois outros autores do *Vormärz* seguiram um caminho particularmente radical: Friedrich Wilhelm Held (1813–1872) e Gustav Struve (1805–1870). Eles publicaram suas obras censuradas, incluindo os trechos suprimidos, documentando assim, com minúcia, o que havia sido cortado pelos censores. Naturalmente, as obras ***Censuriana oder Geheimnisse der Censur*** (1844), de Held, e os ***Actenstücke*** (*tenstücke der Censur des Großherzoglich Badischen Regierungs-Raths von Uria-Sarachaga*, 1845; *Actenstücke der Mannheimer Censur und Polizei*, 1846), de Struve, foram imediatamente proibidas.

42

Como já foi acima explicado, a censura literária significa, em sentido estrito, a revisão de obras por uma instância instituída especificamente para esse fim, segundo regras determinadas. Essa censura formal direciona-se gradativamente para outras formas de censura informal, como a supressão ou dificuldade de manifestação causada por pressões econômicas, políticas ou sociais. Isso continua sendo válido até hoje: editoras decidem o que será publicado ou não, livrarias encomendam determinados livros, bibliotecas adquirem apenas certas obras, pais controlam a leitura dos filhos, grupos de pressão se mobilizam contra escritos indesejados, o Estado premia algumas obras e silencia outras, e assim por diante. Em uma zona cinzenta entre a censura formal e informal situa-se o órgão alemão de controle de publicações ou mídias nocivas à juventude - o *Bundesprüfstelle für jugendgefährdende Schriften* (BPjS), criado em 1954, renomeado em 2003 como BPjM, e substituído em 2021 pela nova *Bundeszentrale für Kinder- und Jugendmedienschutz* (BzKJ). Por um lado, as propostas de inclusão no índice partem de uma comissão composta por professores, representantes do setor editorial, de associações juvenis e da Igreja; por outro, o órgão está subordinado ao Ministério do Interior. Desde 2003, o índice da BPjM é acompanhado - seguindo o modelo mais antigo da *Freiwillige Selbstkontrolle der Filmwirtschaft* (FSK) - por um “sistema de autocontroles regulados pelo

Estado”, para o qual Lorenz utiliza a expressão precisa “autorregulação regulada” (LORENZ, 2009, p. 70). Trata-se de uma forma de autocensura das próprias indústrias envolvidas, que se apoia na autoridade estatal.

Especialmente no âmbito da censura informal devem ser incluídos, mais recentemente, os critérios linguísticos e de conteúdo associados ao *politicamente correio* e à *Wokeness*, à evitação da *apropriação cultural* e temas semelhantes, que se tornaram relevantes para a decisão de publicação (ROBBACH, 2018). Editoras e publicadores recorrem cada vez mais à *sensitivity reading* dos manuscritos recebidos, pois eventuais violações podem prejudicar consideravelmente tanto a reputação dos produtores quanto a venda das obras. Pamela Paul, ex-editora da *New York Times Book Review*, distingue entre “abortar um projeto por razões ideológicas antes da assinatura do contrato ou eliminar conteúdos ‘sensíveis’ no processo de edição” (PAUL, 2022, p. 2). A pressão quase censória parte, na maioria das vezes, de manifestações nas redes sociais ou na imprensa; as famosas *shitstorms* surtem efeito na forma de medo e correção preventiva - mesmo antes que alguém, de fato, tenha se sentido ofendido. Pode-se falar aqui de um sistema de bola de neve autopoietico do apavoramento, no qual agentes e instituições do campo literário, assim como partes da política e do público, se reforçam mutuamente. E, como os protagonistas se acreditam no lado “certo”, eles rejeitam a classificação dessas medidas como censura. Para citar mais uma vez Paul (2022, p. 2): “Essa é a censura que, como diz a expressão, não ousa dizer seu nome”.

43

Uma discussão intensa ocorreu recentemente em torno da nova edição crítica, publicada pela editora Egmont Ehapa, das histórias do Pato Donald traduzidas para o alemão por Erika Fuchs, referentes ao período de 1942 a 1966. Supostas ofensas a etnias e religiões, assim como a diversos grupos considerados dignos de proteção na sociedade, foram eliminadas por meio de reformulações e omissões. A partir de agora, os “índios” não podem mais aparecer nas aventuras dos patos, o marajá de Stinkadore tornou-se inaceitável, e um personagem caracterizado por seu corpo volumoso, anteriormente chamado Fridolin Freudenfett, passou a se chamar Fridolin Fröhlich, entre outras mudanças (HÖLTER, 2021a; 2021b). É evidente que essas formas recentes de supressão, reformulação e mutilação de textos - por ocorrerem dentro da própria indústria - tocam diretamente a esfera da autocensura.

Uma categoria própria de medidas semelhantes à censura, geralmente rotuladas como *cultura do cancelamento*, diz respeito à exclusão de determinados protagonistas de certos temas e funções - sobretudo da autoria, da tradução e da edição de obras. Um exemplo disso são os acontecimentos e debates em torno da tradução de *The Hill We*

Climb, discurso de Amanda Gorman na posse do presidente norte-americano Joe Biden, em 20 de janeiro de 2021 (MARSHALL, 2021; WURMITZER, 2021).

Se tentarmos organizar a diversidade de modalidades de censura mencionadas ao longo de uma linha evolutiva histórica, é possível observar - à parte regressões ocasionais, como as queimas de livros pelos nacional-socialistas - uma tendência da violência física contra autores e livros rumo a métodos mais sutis. Esse desenvolvimento pode ser compreendido, com Norbert Elias, como um processo de civilização, no qual normas de comportamento socialmente aceito são internalizadas e, assim, automatizadas. A censura é em grande medida - ou até completamente - substituída por educação e autocensura, tornando desnecessária a censura externa. O uso da violência física, que pressupõe interação pessoal, torna-se cada vez menos viável em sociedades organizadas de maneira mais complexa. Em sociedades modernas diferenciadas, o poder se torna impessoal, deslocando-se para papéis e instituições - sendo, em última instância, um meio de comunicação. "Onde o poder funciona, a censura torna-se desnecessária", formula Armin BIERMANN (1988, p. 11) de forma lacônica. Também Dieter Breuer observa que os "espaços livres de comunicação", apesar das garantias constitucionais e da juridificação de todas as esferas sociais, "têm se tornado cada vez mais restritos, na contramão da expansão das possibilidades midiáticas até o presente" (BREUER, 1996). Por fim, essa situação paradoxal também chama a atenção de políticos - como um parlamentar britânico que afirmou: "Liberdade crescente e censura crescente coexistem. Isso não era para acontecer." (MACSHANE, *apud* MOORE, 2015/17, p. 1).

44

Um olhar sobre a história da censura reforça a impressão de que a censura formal está associada a crises de poder e de normas. Ela sempre ressurgue quando antigas certezas e normas são colocadas em questão. Na Europa moderna, isso ocorreu inicialmente durante o período da Renascença e da Reforma. Pelo Édito de Worms, em 1521, os escritos de Lutero - assim como todas as outras obras que se voltassem contra a doutrina dominante e contra a figura do papa - foram proibidos. Em 1564, o Vaticano publicou pela primeira vez o *Index librorum prohibitorum*, com o objetivo de conter a decadência dos costumes e da única fé verdadeira. A comunicação, agora multiplicada e acelerada pela imprensa, abriu amplo espaço para opiniões particulares - inclusive na ficção, que se espalhava cada vez mais.

Um outro exemplo da relação entre a crise das normas de conduta e a censura é a perseguição à literatura erótica. Ela só passou a despertar interesse público ao longo do século XVIII, depois que a pretensão da(s) Igreja(s) de definir e impor regras morais começou a ruir e a responsabilidade moral passou progressivamente a recair sobre o indivíduo, agora considerado capaz de agir por conta própria. A liberdade recém-

conquistada (e a insegurança que a acompanhava) levaram a um aumento do limiar da vergonha e, ao mesmo tempo, a um florescimento da pornografia:

“É como se a crescente consciência de si da burguesia estivesse em relação direta com a intensificação da capacidade de sentir vergonha por parte do indivíduo [...]. O obsceno, enquanto princípio anti-individualista e expressão da animalidade comum ao ser humano, torna-se, assim, uma ameaça à ordem social individualista, fundada no ideal do autocontrole” (SCHLÄGER, 1981, p. 209).

O “autocontrole” passa agora a ser exigido e monitorado também pelo Estado, o que se manifesta em sanções contra a literatura erótica que transgredia a nova intimidade da esfera sexual; afinal, uma moral sexual rígida constituía uma condição fundamental para a estabilidade da pequena família burguesa.

A defesa dos princípios políticos, religiosos e morais constitui motivo da censura mais importante e constante ao longo dos séculos. Recentemente, ganha destaque também a proteção de indivíduos contra supostas difamações. Já que, desde 1948, trata-se de um bem jurídico garantido no Artigo 12 da Declaração dos Direitos Humanos, não se deveria, em rigor, falar em censura ao defendê-lo. Ainda assim, essa proteção ocasionalmente coloca em questão a liberdade artística e os eventuais direitos especiais que lhe são conferidos. O artigo 5º da Lei Fundamental alemã (Grundgesetz) exclui, como se sabe, os textos artísticos da avaliação judicial. No entanto, quando entra em conflito com outros bens jurídicos, essa chamada “reserva da arte” perde sua primazia. No caso do romance *Esra* (2003), de Maxim Biller, o bem jurídico superior - reconhecido em vários processos judiciais - foi a proteção da esfera privada (Bunia 2007; Eichner/Mix 2007); no caso do romance pornográfico *Josefine Mutzenbacher* (1906), tratava-se da proteção da juventude. Também nesse campo é possível perceber, em segundo plano, uma valorização do indivíduo burguês. Se, inicialmente, apenas soberanos ou membros das elites gozavam de proteção contra injúrias e difamações, ao longo dos séculos XVIII e XIX estabeleceu-se também uma proteção da honra para os cidadãos da burguesia. A “honra” intacta - ou seja, uma boa reputação - passou a ter um significado reforçado, entre outras coisas, para casamentos conforme o status social e, no caso dos empresários, na forma de credibilidade financeira (AULICH, 1988, p. 208).

45

4. Aspectos da Pesquisa histórico-empírica da censura

O núcleo da censura literária e de sua investigação é, como já foi dito, a proteção de sistemas políticos e moral-religiosos por meio de regulamentos e instituições

especialmente criados para esse fim, contando com pessoal especializado. Como a censura na Áustria, entre cerca de 1750 e 1848, representa de maneira quase ideal-típica a implementação plena de uma censura formal e institucionalizada, a coleção de aspectos a seguir baseia-se nas condições então vigentes nesse contexto (BACHLEITNER, 2017; 2022).

Nessa investigação, o necessário era fazer primeiramente a identificação dos regulamentos vigentes da censura, aqueles que mudavam consideravelmente, sobretudo com a troca dos soberanos e em função da situação política do momento - especialmente em contextos de movimentos revolucionários. As normas eram conhecidas, em princípio, apenas pelos funcionários envolvidos na censura - não, porém, pelos atores do campo literário (autores, editores, público). Como era impossível codificar previamente o tratamento de todos os textos que surgiam na prática, os censores designados precisavam decidir, sempre até certo ponto de forma subjetiva - o que era interpretado pelos opositores da censura como arbitrariedade. As ordens e decretos estabeleciam, ao menos como referência geral, os principais motivos para a adoção de medidas censórias - ainda que muitas vezes em termos vagos, como a preservação da ordem, da paz e afins. Grosso modo, é importante destacar que o alcance de tais decretos e leis era limitado ao território de cada autoridade soberana, e, especialmente dentro do Sacro Império Romano-Germânico e posteriormente da Confederação Germânica, isso levou a inúmeras disputas de competência - entre órgãos seculares e eclesiásticos e também entre as instâncias centrais e regionais de censura.

A análise crítica dos escritos era efetuada, já na metade do século XVIII, por uma comissão de especialistas nas principais áreas representadas no mercado editorial, sendo que os censores responsáveis pelas obras religiosas eram nomeados pela autoridade eclesiástica competente, já os das áreas científicas e da literatura artística eram indicados pelas universidades. Os censores eclesiásticos foram excluídos da comissão já na década de 1770. Com a ampliação e diversificação do mercado editorial, passaram a ser empregados, a partir do final do século XVIII, além de acadêmicos, também funcionários públicos em atividade paralela e escritores como censores. No início do século XIX, a censura de livros passou à alçada da polícia. Esta encarregava censores individuais de avaliar os textos sob a forma de pareceres, com base nos quais poderiam recomendar a liberação - pela fórmula de censura *admittitur* - ou a proibição (*damnatur*). Também havia medidas intermediárias no sofisticado sistema austríaco de censura do período pré-março, como a restrição da circulação e a proibição da publicidade de obras em vitrines de livrarias, em jornais e em catálogos de livrarias, indicadas pela fórmula censória *transeat*. Já desde a década de 1760, membros estabelecidos da sociedade (nobreza, professores

universitários, políticos - especialmente diplomatas -, altos clérigos e grande burguesia) podiam obter publicações proibidas por meio de uma autorização especial concedida individualmente. Para as obras classificadas com a fórmula de proibição mais branda, *erga schedam*, em princípio qualquer cidadão podia solicitar acesso. No entanto, solicitantes desconhecidos eram minuciosamente avaliados pela polícia quanto à sua confiabilidade - e, na maioria dos casos, o resultado era negativo. Além disso, no caso de obras consideradas especialmente nocivas, podia ser decretada sua apreensão e destruição - o que ocorreu com relativa frequência na década anterior a 1848.

Na avaliação censória, era preciso distinguir entre os textos já impressos, em geral vindos do exterior (censura proibitiva), e os manuscritos ainda não publicados de autores locais (censura preventiva). Somente neste último caso (manuscritos inéditos) era possível, além da proibição total da impressão, a imposição de cortes e reformulações, frequentemente anotados pelos censores nos próprios manuscritos e assim prescritos aos autores. Essas alterações textuais chamam a atenção quando as edições austríacas republicavam traduções de obras publicadas nos estados alemães, como os romances de Walter Scott, por exemplo. Elas eram minuciosamente “limpas” segundo os critérios da censura. Um caso isolado é o do poema crítico ao papa *Campo vaccino*, de Franz Grillparzer, que passou despercebido pela censura prévia e foi publicado no almanaque *Aglaja*, no ano de 1820. Como já haviam sido distribuídos exemplares no comércio livreiro, a única coisa que ainda podia ser feita era arrancar as páginas em questão dos exemplares que haviam sobrado.

As etapas de trabalho até aqui analisadas podem ser consideradas um inventário das medidas tomadas no campo do poder para controlar a literatura (em geral compreendida de forma extensiva, incluindo tudo o que é impresso, inclusive a imprensa). Na etapa seguinte, reuniram-se os títulos constantes das listas e catálogos de proibições regularmente organizados (*Verpönt, Verdrängt, Vergessen? Um banco de dados sobre os livros proibidos na Áustria entre 1750 e 1848*, 2012). Para citar - além do impacto sobre a produção de autores locais - alguns *clusters* especialmente significativos de literatura proibida: Na primeira metade do século XVIII, amplos segmentos da literatura iluminista alemã, francesa e inglesa não podiam ser legalmente distribuídos na Áustria; o nome mais frequentemente presente nas listas de proibição, com larga vantagem, era o de Voltaire. Naturalmente, também vigorava uma proibição rigorosa para todas as obras que tratassem de movimentos revolucionários. Na primeira metade do século XIX, além da literatura de orientação liberal, como a do movimento *Junges Deutschland* e de seu entorno, os romances populares franceses e ingleses apareciam em massa nas listas de obras proibidas.

Com base nessas condições, foi possível reconstruir casos representativos de intervenções censórias. Quando - como infelizmente era frequentemente o caso - os arquivos da censura estavam muito incompletos e apenas se conhecia o fato da proibição de uma obra, mas não os pareceres correspondentes, os motivos detalhados da proibição precisavam ser deduzidos de forma indireta. As normas gerais e os pareceres preservados permitiam uma aproximação aproximada ao universo mental dos censores, ao seu modo de proceder e aos critérios que utilizavam. Proibições bem documentadas serviam como precedentes a partir dos quais era possível extrapolar os critérios dos censores. Além disso, a leitura de um grande número de obras extraídas das listas de proibição fazia emergir padrões comuns que aumentavam a sensibilidade para o que era percebido como ofensivo pelos censores. A reconstrução dos vestígios deixados pela censura em manuscritos submetidos à impressão era mais difícil, pois muitas vezes se sobrepunham à autocensura. Dados “duros” só podiam ser encontrados em arquivos de editoras ou nos espólios de autores. As alterações e cortes censórios em textos teatrais tinham importância especial: na Áustria - e também em outros lugares -, as apresentações teatrais eram sempre consideradas mais “perigosas” do que a leitura solitária, devido à sua recepção coletiva. Além disso, buscava-se impedir, por meio da vigilância policial das apresentações, alterações e complementações espontâneas do texto - o chamado *extemporieren* - por parte dos atores.

48

Os autores, naturalmente, se opunham à censura; em parte, também eram pessoalmente perseguidos por transgressões às normas censórias, mas, na maioria das vezes, sofriam apenas prejuízos indiretos. Quando uma obra não era autorizada para impressão, surgia como alternativa a publicação no exterior (em outro Estado de língua alemã, na Suíça, nos Países Baixos...). Também não se deve esquecer que, em geral, a maioria dos autores atuava de forma conformada - sem mencionar uma ampla zona cinzenta situada entre a aceitação e a rejeição de um regime ou da dogmática religiosa. O mesmo vale para as editoras, que às vezes jogavam dos dois lados e, por razões econômicas, cooperavam com a censura - procurando, em todo caso, evitar conflitos sempre que possível. As editoras, além disso, cumprem em princípio o papel de *gatekeepers* (guardas de entrada), selecionando obras de acordo com seu perfil (confessional, político, estético), de forma análoga à censura.

5. O quão perigosa é a Literatura?

Comunicação via leitura possibilita a reprodução de pensamentos de uma forma, em uma representação negativa, análoga às epidemias: a infecção do pensamento, que

leva à imitação e, com isso, a ações consideradas nocivas para o indivíduo ou para a sociedade. Esta é, de qualquer maneira, uma suposição constante por parte dos censores e de seus mandantes. De fato, voltando ao caso austríaco, a censura de livros já estava, no século XVI, no mesmo nível do controle de infecção para alimentos (KLINGENSTEIN, 1970, p. 45). O simples pensar é livre para todo ser humano, afirmava o chanceler austríaco Metternich (1773–1859), mestre da vigilância e de suas técnicas, mas com a escrita o pensamento se corporifica, e com a impressão ele se torna uma mercadoria vendável, que precisa ser vigiada.

“Tratar a impressão de pensamentos como uma arte livre não é menos perigoso do que o comércio livre de substâncias nocivas ou a prática da medicina sem restrições - e, em seus efeitos, os danos do produto intelectual superam com certeza os de qualquer substância puramente material” (FRANKL, 1910, p. 200).

Mesmo na Alemanha do pós-guerra, as velhas “metáforas da doença, do veneno e da sedução” (KIENZLE/MENDE, 1981, p. 41) ainda reaparecem entre os defensores das medidas de censura.

É evidente que a mentalidade daqueles responsáveis pela censura até o século XIX foi profundamente marcada pelos conflitos confessionais de longa data. A cisão religiosa provocada pela Reforma empurrou o protestantismo para a clandestinidade em vários Estados alemães. Nos países dominados pelo catolicismo, os preceitos protestantes passaram a integrar a “transmissão de saberes proibidos” (MULSOW, 2008), difundidos clandestinamente por meio de impressos.

“Os livros ‘sectários’ ou ‘heréticos’ eram o núcleo da fé dos protestantes austríacos na clandestinidade, sendo reconhecidos sem contestação, tanto pelos súditos quanto pelas autoridades, como veículos do movimento evangélico” (SCHEUTZ, 2014, p. 324).

Do lado dos defensores do catolicismo, a leitura de literatura religiosa por leigos reacendia antigos temores quanto aos seus efeitos nocivos:

“No início, leem tais livros apenas por curiosidade, mas depois são arrastados por seus princípios que incitam à liberdade de vida, como por um veneno oculto, rumo à incredulidade e, em consequência, à total perda da alma” (SCHEUTZ, 2014, o. 345).

Em visitas domiciliares realizadas em regiões católicas, a blasfêmia oral era considerada uma falta leve, mas esconder livros não autorizados configurava o crime de heresia (Ducieux 1989: 199). Partindo da premissa de que a leitura tinha efeitos poderosos, o clero católico tentou reagir com os mesmos meios, difundindo sua literatura ortodoxa como um “antídoto” salutar (SCHEUTZ, 2014, p. 348). Livros católicos eram disseminados entre a população protestante não apenas por meio de vendedores

ambulantes (*Kolporteur*), mas também pelo comércio livreiro regular, a partir de filiais regionais - junto com terços, escapulários de confrarias e outros objetos similares.

Seja o efeito imediato da leitura de literatura e outros tipos de texto menos questionável, não se pode negar uma certa “contaminação” no nível dos próprios autores e textos. Do ponto de vista da teoria literária, trata-se de intertextualidade; como exemplos, podem-se citar os numerosos escritos sobre suicídio ou sobre a crença no diabo e sua proibição na Áustria de Maria Teresa (BACHLEITNER, 2009). A metáfora da infecção e da epidemia também passou a parecer mais plausível, a partir de 1750, com a expansão do mercado editorial e do público leitor para além das elites e dos instruídos - basta pensar nos debates sobre a “febre da leitura” (*Lesesucht*). Não apenas a censura, mas também a burocracia passa a reter o saber, ocultando-o do público. Instaura-se um conflito abrangente entre dois princípios opostos: “transparência versus opacidade”, ou seja, o acesso universal ao saber versus sua limitação a uns poucos privilegiados (*happy few*) (BURKE, 2007, p. 532).

Os temores aparentemente exagerados dos censores e de seus mandantes levantam a questão do potencial de efeito da literatura e da arte. Em grande medida, a censura - e, mais tarde, também a Justiça - segue a teoria do aprendizado ou da imitação, segundo a qual comportamentos apresentados ficcionalmente levam a atos de imitação; ou seja, a representação de agressões, crimes ou levantes políticos, por exemplo, induziria à reprodução desses comportamentos. Um parecer do censor e poeta austríaco Johann Gabriel Seidl (1804–1875) sobre a coletânea de poemas *Kelch und Schwert* (1845), de seu colega Moritz Hartmann (1821–1872), dificilmente poderia ser mais claro:

O autor não apenas dá palavras aos seus próprios sonhos de liberdade, não apenas revela seu *hussitismo* interior com imprudente franqueza, não apenas derrama sem reservas sua aversão ao estado de coisas vigente - o que, em geral, se poderia até relevar como uma primeira erupção do espírito poético jovem, imaginativo e em fúria vulcânica, mas ele também ultrapassa o âmbito da subjetividade e se empenha em incitar, arrastar, inflamar, o que, diante da força de sua expressão e da vivacidade de suas palavras, dificilmente será difícil, sempre que existam elementos de insatisfação (SEIDL, 1980, p. 57).

Segundo a teoria antiga da catarse pela arte, que remonta a Aristóteles, os afetos dos espectadores de peças teatrais são “purificados” por meio da vivência compartilhada de ações e cenas fictícias (por exemplo, violentas ou comoventes). A arte é, assim, concebida como uma válvula de escape positiva. A psicologia moderna da literatura e da arte, por sua vez, parte geralmente do pressuposto de que mudanças de atitude são extremamente improváveis. No máximo, experiências de leitura poderiam atuar como

pequenas peças de um mosaico, em associação com outros fatores, e mesmo assim apenas a longo prazo (KREITLER/KREITLER 1972, p. 357). A ativação de leitores só é provável quando os textos encontram predisposições já existentes. A pesquisa sobre os efeitos da mídia também não chegou a uma resposta conclusiva sobre a influência e os efeitos das produções midiáticas sobre os receptores. Ela oscila entre a hipótese da sugestão e a da catarse (LORENZ, 2009, p. 84), ou seja, entre a suposição de que os textos seriam imitados acriticamente e a visão oposta, segundo a qual os leitores vivenciam intensamente, por exemplo, representações de violência, mas não as imitam; ao contrário, haveria até um efeito de imunização contra o exercício da própria violência.

A pesquisa sobre censura pode, além disso, recorrer à psicologia social na questão do potencial de influência dos textos - em especial aos estudos sobre o desenvolvimento de movimentos sociais. Afinal, os primórdios dos movimentos sociais modernos - surgidos no contexto do Iluminismo, da resistência ao absolutismo e às autoridades legitimadas religiosamente (KERN, 2008, p. 13) - coincidem, em termos cronológicos, com a sistematização da censura. São de particular interesse para a pesquisa sobre censura os *Collective Action Frames* oriundos desse campo de estudos. Esses “quadros de ação coletiva” oferecem uma interpretação do mundo e, ao mesmo tempo, possíveis soluções para problemas; seu objetivo é conquistar aliados e desestimular os adversários.

“Assim, os *collective action frames* são conjuntos de crenças e significados orientados para a ação, que inspiram e legitimam as atividades e campanhas de uma organização de movimento social (SMO)” (BENFORD/SNOW 2000, p. 614).

Injustiças são tematizadas, identificam-se vítimas e culpados, o bem e o mal, a culpa e suas consequências. Os fatores que determinam a ressonância de um *frame* são, por um lado, a consistência de sua estrutura conceitual e sua credibilidade - que se baseia na correspondência com os acontecimentos reais -, e, por outro, a credibilidade dos seus porta-vozes e divulgadores, além do caráter marcante ou memorável das mensagens, que, por sua vez, se baseia em três fatores: “centralidade, compatibilidade experiencial e fidelidade narrativa” (Benford/Snow 2000: 621). Esse último fator diz respeito à capacidade de conexão com os dados culturais, narrativas, mitos e discursos existentes. “Hipoteticamente, quanto maior a fidelidade narrativa das molduras propostas, maior será sua saliência e maior a probabilidade de mobilização” (Benford/Snow 2000: 622). Daí se conclui que os comunicadores não são capazes de impor arbitrariamente qualquer versão da realidade, e que os textos não exercem um apelo direto e irresistível à imitação. No entanto, eles modelam a visão de mundo, conectam-se com impressões e disposições já existentes e combatem *frames* antagonistas - ou seja, almejam tornar-se

master frames (Kern 2008: 149–152). Trata-se, portanto, na teoria dos *Collective Action Frames*, de um desdobramento da teoria do discurso.

A teoria dos *Collective Action Frames* nega a possibilidade de uma influência simples e direta, mas torna plausível que ideias, orientações para a ação e sua disseminação possam transformar a consciência e, de forma indireta, iniciar e impulsionar mudanças sociais. Os atos coletivos de leitura produzem consequências mais significativas do que as leituras solitárias - sobretudo quando estão associados à discussão e ao desenvolvimento de conceitos de ação (por exemplo, em uma sociedade de leitura, em um salão ou no teatro). Mesmo sob a perspectiva dos quadros de ação, a questão da eficácia e da “periculosidade” dos textos permanece, portanto, em certo grau em aberto.

Referências

ASSMANN, Aleida / ASSMANN, Jan. *Kanon und Zensur. Archäologie der literarischen Kommunikation II*. München: Fink, 1987.

AULICH, Reinhard. *Elemente einer funktionalen Differenzierung der literarischen Zensur. Überlegungen zu Form und Wirksamkeit von Zensur als einer intentional adäquaten Reaktion gegenüber literarischer Kommunikation*. In: GÖPFERT, Herbert G. / WEYRAUCH, Erdmann (org.). „Unmoralisch an sich ...“. *Zensur im 18. und 19. Jahrhundert*. Wiesbaden: Harrassowitz, 1988. p. 177–230.

BACHLEITNER, Norbert. *Von Teufeln und Selbstmördern. Die Mariatheresianische Bücherzensur als Instrument der Psychohygiene und Sozialdisziplinierung*. In: FRIMMEL, Johannes / WÖGERBAUER, Michael (org.). *Kommunikation und Information im 18. Jahrhundert. Das Beispiel der Habsburgermonarchie*. Wiesbaden: Harrassowitz, 2009. p. 201–215.

BACHLEITNER, Norbert. *Die literarische Zensur in Österreich von 1751 bis 1848*. Wien, Köln, Weimar: Böhlau, 2017.

BACHLEITNER, Norbert. *Censorship of Literature in Austria, 1751–1848*. Leiden, Boston: Brill, 2022.

BARTHES, Roland. *Sade, Fourier, Loyola*. In: BARTHES, Roland. *Œuvres complètes*. Paris: Éditions du Seuil, 1994. v. II (1966–1973), p. 1039–1177.

BENFORD, Robert D. / SNOW, David A. *Framing Processes and Social Movements. An Overview and Assessment*. In: *Annual Review of Sociology*, v. 26, 2000, p. 611–639.

BIERMANN, Armin. „Gefährliche Literatur“ – Skizze einer Theorie der literarischen Zensur. In: *Wolfenbütteler Notizen zur Buchgeschichte*, v. 13, 1988, p. 1–28.

BOURDIEU, Pierre. *Les règles de l'art. Genèse et structure du champ littéraire*. Paris: Éditions du Seuil, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *Censure et mise en forme*. In: BOURDIEU, Pierre. *Langage et pouvoir symbolique*. Paris: Éditions Fayard / Éditions du Seuil, 2001. p. 343–377.

BREUER, Dieter. **Geschichte der literarischen Zensur in Deutschland**. Heidelberg: Quelle & Meyer, 1982.

BREUER, Dieter. **Zensur**. In: RICKLEFS, Ulfert (org.). **Das Fischer Lexikon Literatur**. Frankfurt a.M.: Fischer, 1996. v. 3, p. 2021–2030.

BUCHLOH, Stephan. **Überlegungen zu einer Theorie der Zensur. Interessen – Formen – „Erfolgsfaktoren“**. In: LANGENBUCHER, Wolfgang R. (org.). **Die Kommunikationsfreiheit der Gesellschaft. Die demokratischen Funktionen eines Grundrechts**. Wiesbaden: Westdeutscher Verlag, 2003. p. 112–135.

BUNIA, Remigius. **Fingierte Kunst. Der Fall Esra und die Schranken der Kunstfreiheit**. In: *Internationales Archiv für Sozialgeschichte der deutschen Literatur*, v. 32, n. 2, 2007, p. 161–182.

BURKARD, Dominik. **Repression und Prävention. Die kirchliche Bücherzensur in Deutschland (16.–20. Jahrhundert)**. In: WOLF, Hubert (org.). *Inquisition, Index, Zensur. Wissenskulturen der Neuzeit im Widerstreit*. Paderborn, München, Wien, Zürich: Schöningh, 2001, p. 305–327.

BURKE, Peter. **A Social History of Knowledge revisited**. In: *Modern Intellectual History*, v. 4, n. 3, 2007, p. 521–535.

BUTLER, Judith. **Ruled Out. Vocabularies of the Censor**. In: POST, Robert C. (org.). *Censorship and Silencing: Practices of Cultural Regulation*. Los Angeles: The Getty Research Institute, 1998, p. 247–259.

CHARTIER, Roger. **Discours de la méthode**. In: *Le Monde*, 18.9.1992, p. 37. [Resenha de Pierre Bourdieu: *Les règles de l'art*.]

CHARTIER, Roger. **The Order of Books. Readers, Authors and Libraries in Europe between the Fourteenth and Eighteenth Centuries**. Tradução de Lydia G. Cochrane. Cambridge: Polity Press, 1992.

DARNTON, Robert. **Censors at Work. How States Shaped Literature**. New York, London: Norton, 2014.

DRAITSER, Emil A. **Techniques of Satire. The Case of Saltykov-Schedrin**. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 1994.

DUCREUX, Marie-Elisabeth. **Reading unto Death. Books and Readers in Eighteenth-Century Bohemia**. In: CHARTIER, Roger (org.). *The Culture of Print. Power and the Uses of Print in Early Modern Europe*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1989, p. 191–229.

EICHNER, Christian / MIX, York-Gothart. **Ein Fehlurteil als Maßstab? Zu Maxim Billers Esra, Klaus Manns Mephisto und dem Problem der Kunstfreiheit in der Bundesrepublik Deutschland**. In: *Internationales Archiv für Sozialgeschichte der deutschen Literatur*, v. 32, n. 2, 2007, p. 183–227.

FOUCAULT, Michel. **L'ordre du discours**. Paris: Gallimard, 1971.

FOUCAULT, Michel. **Qu'est-ce qu'un auteur?** In: FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits 1954–1988*. Hrsg. v. Daniel Defert / François Ewald. Bd. I: 1954–1969. Paris: Gallimard, 1994, p. 789–821.

FRANKL, Ludwig August. **Erinnerungen**. Hrsg. v. Stefan Hock. Prag: Calve (Josef Koch), 1910.

GÖPFERT, Herbert G. / WEYRAUCH, Erdmann (org.). „**Unmoralisch an sich ...**“. **Zensur im 18. und 19. Jahrhundert**. Wiesbaden: Harrassowitz, 1988.

HAUG, Christine / MAYER, Franziska / SCHRÖDER, Winfried. **Geheimliteratur und Geheimbuchhandel in Europa im 18. Jahrhundert**. Wiesbaden: Harrassowitz, 2011.

HEINDL, Waltraud. **Der „Mitautor“**. Überlegungen zur literarischen Zensur und staatsbürgerlichen Mentalität im habsburgischen Biedermeier und Vormärz. In: HANÁK, Péter / HEINDL, Waltraud / MALFÈR, Stefan / SOMOGYI, Éva (org.). **Kultur und Politik in Österreich und Ungarn**. Wien, Köln, Weimar: Böhlau, 1994, p. 38–60.

HÖLTER, Achim. **Fridolin Freudenfett wurde geschlachtet**. In: *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, 7.4.2021, p. 13.

HÖLTER, Achim. **Hört sich an wie nahes Donnergrollen**. In: *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, 17.6.2021, p. 12.

HOLQUIST, Michael. **Corrupt Originals: The Paradox of Censorship**. In: *Publications of the Modern Language Association of America*, v. 109, n. 1, 1994, p. 14–25.

JAMESON, Fredric. **Das politische Unbewußte. Literatur als Symbol sozialen Handelns**. Tradução do inglês. Reinbek bei Hamburg: Rowohlt, 1988.

KANZOG, Klaus. **Zensur, literarische**. In: **Reallexikon der deutschen Literaturgeschichte**. Berlin, New York: de Gruyter, 1984, v. 4, p. 998–1049.

KAUFMANN, Hans. **Gespräch mit Christa Wolf**. In: *Weimarer Beiträge*, v. 20, n. 6, 1974, p. 90–112.

KERN, Thomas. **Soziale Bewegungen. Ursachen, Wirkungen, Mechanismen**. Wiesbaden: Verlag für Sozialwissenschaften, 2008.

KIENZLE, Michael / MENDE, Dirk. **Zensur in der Bundesrepublik. Fakten und Analysen**. Nova ed. rev. e ampliada. München: Heyne, 1981.

KLINGENSTEIN, Grete. **Staatsverwaltung und kirchliche Autorität im 18. Jahrhundert. Das Problem der Zensur in der thesesianischen Reform**. Wien: Verlag für Geschichte und Politik, 1970.

KREITLER, Hans / KREITLER, Shulamith. **Psychology of the Arts**. Durham: Duke University Press, 1972.

KREMnitz, Georg. **Meinungslenkung. Zensur und Propaganda und ihre Entwicklung bis heute. Elemente einer Soziologie der Kommunikation**. Wien: Praesens, 2021.

LAUBE, Stefan. **Geister aus Papier. Magisches Schrifttum im Visier der Zensur**. In: GASSNER, Florian / ROßBACH, Nikola (org.). **Zensur vom 16. bis zum 18. Jahrhundert: Begriffe, Diskurse, Praktiken** (= *Jahrbuch für Internationale Germanistik R. A*, v. 136). Frankfurt a.M.: Lang, 2020, p. 33–84.

LEGENDTRE, Pierre. *L'amour du censeur. Essai sur l'ordre dogmatique*. Paris: Éditions du Seuil, 1974.

LEVINE, Michael G. *Writing Through Repression. Literature, Censorship, Psychoanalysis*. Baltimore, London: The Johns Hopkins University Press, 1994.

LORENZ, Matthias N. *Literatur und Zensur in der Demokratie. Die Bundesrepublik und die Freiheit der Kunst*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2009.

LOSEFF, Lev. *On the Beneficence of Censorship. Aesopian Language in Modern Russian Literature*. München: Sagner, 1984.

MARSHALL, Alex. *A Poem Of Unity Divides Translators*. In: *The New York Times International*, 6.4.2021, p. 1, 3.

MARTIN, Laurent. *Censure répressive et censure structurelle: comment penser la censure dans le processus de communication?* In: *Questions de communication*, n. 15, 2009, p. 67–78. Disponível em: <https://journals.openedition.org/questionsdecommunication/461>. Acesso em: 1 fev. 2024.

MARX, Reiner. *Heinrich Heine und die Zensur – Der Dichter als ihr Opfer und geheimer Nutznießer*. In: CLEMENS, Gabriele B. (org.). *Zensur im Vormärz. Pressefreiheit und Informationskontrolle in Europa*. Ostfildern: Jan Thorbecke, 2013, p. 249–258.

MOORE, Nicole. *Introduction*. In: MOORE, Nicole (org.). *Censorship and the Limits of the Literary. A Global View*. New York, London: Bloomsbury, 2015/2017, p. 1–10.

MÜLLER, Beate (org.). *Zensur im modernen deutschen Kulturraum*. Tübingen: Niemeyer, 2003.

MÜLLER, Beate. *Zensurforschung: Paradigmen, Konzepte, Theorien*. In: RAUTENBERG, Ursula (org.). *Buchwissenschaft in Deutschland. Ein Handbuch. 1. Theorie und Forschung*. Berlin, Boston: de Gruyter Saur, 2010, p. 321–360.

MULSOW, Martin. *Die Transmission verbotenen Wissens*. In: SCHNEIDER, Ulrich Johannes (org.). *Kulturen des Wissens im 18. Jahrhundert*. Berlin, New York: de Gruyter, 2008, p. 61–80.

OTTO, Ulla. *Die literarische Zensur als Problem der Soziologie der Politik*. Stuttgart: Enke, 1968.

PABST, Stephan. *Anonymität und Autorschaft. Ein Problemaufriss*. In: PABST, Stephan (org.). *Anonymität und Autorschaft. Zur Literatur- und Rechtsgeschichte der Namenlosigkeit*. Berlin, Boston: de Gruyter, 2011, p. 1–34.

PAUL, Pamela. *More Than One Way to Ban a Book*. In: *The New York Times International*, 1.8.2022, p. 2.

PLACHTA, Bodo. *Damnatur – Toleratur – Admittitur. Studien und Dokumente zur literarischen Zensur im 18. Jahrhundert*. Tübingen: Niemeyer, 1994.

PLACHTA, Bodo. „Zahnücken der Zeit“. *Zur Sichtbarkeit von Zensur*. In: KORTLÄNDER, Bernd / STAHL, Enno (org.). *Zensur im 19. Jahrhundert. Das Literarische Leben aus Sicht seiner Überwacher*. Bielefeld: Aisthesis, 2012, p. 45–77.

POST, Robert C. **Censorship and Silencing**. In: POST, Robert C. (org.). **Censorship and Silencing. Practices of Cultural Regulation**. Los Angeles: The Getty Research Institute, 1998, p. 1–12.

RAFETSEDER, Hermann. **Bücherverbrennungen. Die öffentliche Hinrichtung von Schriften im historischen Wandel**. Wien, Köln, Graz: Böhlau, 1988.

ROßBACH, Nikola. **Achtung, Zensur! Über Meinungsfreiheit und ihre Grenzen**. Berlin: Ullstein, 2018.

ROßBACH, Nikola. **Zensur Macht Zukunft. Überlegungen zum herrscherlichen Planungswillen in der Frühen Neuzeit**. In: GASSNER, Florian / ROßBACH, Nikola (org.). **Zensur vom 16. bis zum 18. Jahrhundert: Begriffe, Diskurse, Praktiken** (= Jahrbuch für Internationale Germanistik R. A, v. 136). Frankfurt a.M.: Lang, 2020, p. 85–107.

SCHLÄGER, Jürgen. **Herméneutique dans le boudoir**. In: FUHRMANN, Manfred / JAUB, Hans Robert / PANNENBERG, Wolfhart (org.). **Text und Applikation. Theologie, Jurisprudenz und Literaturwissenschaft im hermeneutischen Gespräch**. München: Fink, 1981, p. 207–223.

SCHUTZ, Martin. **Das Licht aus den geheimnisvollen Büchern vertreibt die Finsternis. Verbotene Werke bei den österreichischen Untergrundprotestanten**. In: MULSOW, Martin (org.). **Kriminelle – Freidenker – Alchemisten. Räume des Untergrunds in der Frühen Neuzeit**. Köln, Weimar, Wien: Böhlau, 2014, p. 321–351.

SEIDL, Johann Gabriel. **Gutachten über Moritz Hartmanns „Kelch und Schwert“**. In: RIETRA, Madeleine (org.). **Jung Österreich. Dokumente und Materialien zur liberalen österreichischen Opposition 1835–1848**. Amsterdam: Rodopi, 1980, p. 57.

SIEMANN, Wolfram. **Ideenschmuggel. Probleme der Meinungskontrolle und das Los deutscher Zensoren im 19. Jahrhundert**. In: *Historische Zeitschrift*, v. 245, 1987, p. 71–106.

VIALA, Alain. **Naissance de l'écrivain. Sociologie de la littérature à l'âge classique**. Paris: Les éditions de minuit, 1985.

WOLF, Norbert Christian. **Der Raum der Literatur im Feld der Macht. Strukturwandel im thesesianischen und josephinischen Zeitalter**. In: EYBL, Franz M. (org.). **Strukturwandel kultureller Praxis. Beiträge zu einer kulturwissenschaftlichen Sicht des thesesianischen Zeitalters**. Wien: WUV-Universitätsverlag, 2002, p. 45–70.

WOLF, Norbert Christian. **Von „eingeschränkt und erzbischoflich“ bis „ziemlich inquisitionsmäßig“**. **Die Rolle der Zensur im Wiener literarischen Feld des 18. Jahrhunderts**. In: HAEFS, Wilhelm / MIX, York-Gothart (org.). **Zensur im Jahrhundert der Aufklärung. Geschichte – Theorie – Praxis**. Göttingen: Wallstein, 2007, p. 305–330.

WURMITZER, Michael. **Lyrik im Hintertreffen**. In: *Der Standard*, 30.3.2021, p. 19.